



Da parcela do Fundo Constitucional ao ensino público, cerca de 80% são destinados ao pagamento de professores e servidores, enquanto o restante do montante é utilizado para as despesas correntes. Especialistas alertam para uma crise

Forte impacto nas escolas

» MILA FERREIRA

Se aprovada, a alteração no cálculo do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) pode ter implicações negativas na educação pública da capital da República. O valor do fundo é aplicado em áreas essenciais para a população. A educação é um dos três eixos em que o recurso é aplicado. Somente em 2024, R\$ 5,5 bilhões vindos do fundo foram aplicados na educação. Deste total, 80% é utilizado para pagamento de folha de pessoal, enquanto o restante do valor é destinado à cobertura de despesas correntes como, por exemplo, contratos de serviços contínuos de limpeza, conservação, vigilância, entre outros. A qualidade da educação dos 458.728 estudantes que fazem parte da rede pública de ensino seria diretamente impactada.

Caso o Projeto de Lei nº 4614/2024 seja aprovado, o valor do Fundo Constitucional do DF deixaria de ser calculado com base na Receita Corrente Líquida (RCL) da União e passaria a ser estipulado com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), isto é, a inflação.

Especialista ouvido pelo **Correio** avalia que, caso a redução no recurso se efetive, o Governo do Distrito Federal (GDF) precisará encontrar formas de compensar isso e as soluções podem causar uma redução nos recursos destinados à educação. “Em geral, na administração pública, isso se compensa com a revisão de isenções concedidas. Como exemplo, podemos citar a redução do Imposto sobre Transição de Bens Imóveis (ITBI), recentemente aprovada no DF. Isenções de tributos como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) também correm o risco de ser revistas, porque estes são impostos extremamente importantes para a cesta de arrecadação do DF”, ressaltou o professor de políticas públicas em educação da Universidade de Brasília (UnB) Remi Castione. “Eu acredito que uma das primeiras medidas do GDF, caso a redução nos recursos do fundo seja aprovada, deve ser não promulgar nenhuma lei com o objetivo de reduzir impostos, porque cerca de 20% dos recursos dos impostos arrecadados no DF são formadores da base do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb)”, acrescentou.

O Fundeb é um fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual composto por recursos provenientes de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios vinculados à educação. Segundo o professor, o ideal é que o FCDF se mantenha para que o Fundeb não fique prejudicado e a qualidade da educação não seja impactada.

De acordo com a Secretaria de Educação do DF (SEEDF), mudanças no cálculo do FCDF afetariam diretamente a alocação de recursos para a educação básica. A evolução nos valores do Fundo Constitucional repassados à educação tem sido significativa nos últimos cinco anos (veja quadro), sendo essencial para a manutenção do sistema educacional. “Qualquer redução desse recurso comprometeria diretamente os cofres do Distrito Federal, afetando o desenvolvimento da educação”, disse a pasta, em nota.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Se a proposta de cortes no Fundo Constitucional for aprovada no Congresso, a rede pública de ensino sofrerá redução dos investimentos nos próximos anos

ARTIGO » WILLIAM BAGHDASSARIAN, ECONOMISTA E PROFESSOR DE FINANÇAS DO IBMEC

Baixa valorização profissional

A literatura econômica afirma que, no longo prazo, o crescimento econômico é determinado, em grande parte, pelos ganhos de produtividade, os quais estão diretamente relacionados à capacidade da mão de obra disponível de utilizar os mais modernos bens de capital — máquinas e computadores, gerando mais riqueza com a mesma quantidade de insumos.

Essa capacidade, por sua vez, se materializa na habilidade de efetuar cálculos matemáticos, compreender os fenômenos físicos, saber interpretar textos e compreender idiomas estrangeiros. São todas competências que são desenvolvidas na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio.

Nesse contexto, o Projeto de Lei nº 4.614, de 2024, em tramitação no Congresso Nacional, representa um risco para o futuro do Distrito Federal, já que os recursos do Fundo Constitucional (FCDF) passariam a ser reajustados pela variação do IPCA, em vez de utilizar a Receita Corrente Líquida da União. Com isso, haveria uma correção, a menor, de 4,1% ao ano, em média. No longo prazo, as despesas com educação pública, em especial com a folha de pessoal, seriam comprimidas, gerando um achatamento salarial significativo para os profissionais de educação.

Inferese que em um cenário de baixa valorização profissional como este, os professores mais talentosos

migrariam para as escolas particulares ou para outras carreiras mais bem remuneradas, impossibilitando o desenvolvimento das competências mínimas que as crianças da rede pública irão precisar para enfrentar os desafios das próximas décadas.

Além do impacto na produtividade e no crescimento econômico, essa medida ampliaria o hiato entre a educação da rede privada e o da rede pública de ensino, redundando em aumento da desigualdade e, provavelmente, da violência. Por todas essas razões, é preciso que a sociedade se mobilize para evitar a aprovação dessa medida que pode ter graves consequências para o futuro do Distrito Federal.

Remi Castione sugere que o GDF tenha mais transparência quanto ao uso dos recursos por meio da publicação de dados para que a população também possa ajudar a cobrar o governo federal. “Creio que uma das primeiras iniciativas que o governo do Distrito Federal deveria tomar, a partir desse cenário constante pressão sobre a redução desse recurso, é dar maior transparência a esses dados, publicar e disponibilizar bancos de dados públicos de fácil acesso à população que acompanhem esses resultados”, sugeriu.

Estrutura educacional

Entre escolas públicas, Centros de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI) e unidades conveniadas da educação

pública, o Distrito Federal conta com 842 unidades de ensino mantidas por recursos públicos, incluindo o Fundo Constitucional (veja evolução dos últimos cinco anos no quadro). Além disso, o DF conta, atualmente com 39.815 professores na rede pública e 7.708 na carreira de assistência à educação.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) referente ao ano de 2023, o DF superou a meta em quatro pontos na avaliação dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com nota 6,4, enquanto a meta era 6,0. O Ideb é responsável pelo monitoramento do desempenho das escolas e das redes de ensino avaliando os estudantes por meio de avaliações externas de desempenho cruzadas com dados de fluxo escolar. Os fatores avaliados

podem ser diretamente impactados caso haja cortes no FCDE.

Diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro-DF), Cleber Soares defende que o Fundo Constitucional não sofra alterações, por ser imprescindível para o magistério público. “O sindicato manifesta preocupação com relação à proposta do governo federal e vamos nos juntar a todos que querem fazer a luta em favor do recurso”, destacou. “Queremos que o recurso continue a crescer do jeito que vem crescendo, com o mesmo critério de reajuste de valores como tem acontecido ao longo dos anos, que é uma forma da gente ter margem, uma margem maior inclusive, para brigar por mais, por uma melhor prestação de serviço das escolas públicas, por educação de qualidade, por valorização profissional”, completou.

Câmara dos deputados



Bulhões: “Estou colhendo as sugestões de modificações e supressões de texto”

Radiografia

Valores do FCDF destinados à educação

2020	R\$ 3.377.705.992,00
2021	R\$ 3.209.148.406,60
2022	R\$ 3.101.492.785,94
2023	R\$ 5.440.274.890,00
2024	R\$ 5.500.000.000,00

Número de escolas públicas no DF

2020	
Rede Pública	685
CEPI	58
Unidade Conveniada — UC	64

2021	
Rede Pública	688
CEPI	59
UC	65

2022	
Rede Pública	695
CEPI	59
UC	66

2023	
Rede Pública	702
CEPI	61
UC	69

2024	
Rede Pública	704
CEPI	63
UC	75

Alunos na rede pública do DF

2020	481.912
2021	480.402
2022	475.715
2023	464.977
2024	458.728

Relator inicia conversas com bancadas

» ARTHUR DE SOUZA

O deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL), designado pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), como responsável pela análise do Projeto de Lei 4.614/2024 — que quer alterar o cálculo de reajuste do Fundo Constitucional (FCDF) —, começou as articulações para construção do texto que será votado no plenário da Casa.

Ao **Correio**, Bulhões ressaltou que o “pontapé inicial” das discussões ocorreu ontem. “Ainda não tem decisão nenhuma quanto a uma modificação de texto. Conversei com a minha bancada e com os coordenadores da matéria na bancada do PT. Estou colhendo as sugestões de modificações e supressões

de texto para, em seguida, conversar com as bancadas”, detalhou.

Questionado se tem alguma opinião sobre a questão do FCDF, o parlamentar disse que não pode expressar opinião. “Tenho que ouvir. Vou relatar as opiniões das bancadas apresentadas aqui. Mas, por enquanto, tudo é dúvida. Estou começando agora, tivemos a primeira reunião”, comentou. O relator afirmou que vai ouvir a bancada do DF e o governador Ibaneis Rocha (MDB), sobre o Fundo Constitucional.

Expectativa

O deputado Alberto Fraga (PL) classificou como uma “boa escolha” o nome de Isnaldo Bulhões para a relatoria

do projeto de lei. “Ele conhece os problemas do DF e tenho certeza absoluta que vai retirar essa maldade, que está tentando fazer doença, até porque o governador (Ibaneis) e o deputado (Bulhões) são do mesmo partido e isso vai nos ajudar”, garantiu. “As conversas (com as lideranças) estão indo bem e estou mais confiante de que tudo vai dar certo”, acrescentou.

Erika Kokay (PT) afirmou que a bancada do DF tem “grande expectativa” de que o relator possa compreender a importância de Brasília e impedir que haja mudanças no reajuste do Fundo Constitucional. “O deputado Isnaldo participou de toda a construção que tivemos, na Câmara, quando houve o retorno da medida do Senado, em 2023. Por isso, penso que

temos um grande espaço para discutir com ele”, opinou. “Acho que o primeiro passo, de imediato, é fazer uma reunião da bancada com o deputado, para tentar sensibilizá-lo e, assim, impedir que haja qualquer prejuízo ao Fundo Constitucional”, avaliou a deputada.

Elogio

O governador Ibaneis Rocha aprovou a escolha de seu correligionário para a relatoria do PL. “Deputado experiente e muito respeitado”, descreveu o governador ao **Correio**. Isnaldo Bulhões foi relator de outros temas importantes no Congresso, como a medida provisória que reestruturou os ministérios do governo, no ano passado. De acordo com o chefe do Executivo local, a intenção agora é marcar uma conversa com o deputado federal, ainda durante esta semana.